OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO TERRITÓRIO CAIÇARA DA COMUNIDADE ENSEADA DA BALEIA, PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO – SP, BRASIL

Kelly Rocha Arakaki
kellyarakaki@yahoo.com.br
Mestre pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Brasil

INTRODUÇÃO

Os caiçaras são representantes de um grupo de populações tradicionais. Há escassez de registros que caracterizem o perfil, o cotidiano, as atividades desempenhadas e as relações entre os indivíduos formadores desse segmento social.

Assim, um dos objetivos deste trabalho é a análise e a compreensão da relação identitária entre o território e uma população específica, a comunidade caiçara da Enseada da Baleia, localizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Deste modo, desempenhamos a discussão referente à questão território-identidade, com abordagem da relação do indivíduo – o caiçara, pertencente ao seu hábitat – a Enseada da Baleia, a partir da história vivida pelos moradores, a qual imprime no território a identidade do grupo social que ali reside.

Neste trabalho realizamos a identificação e comparação das alterações que a comunidade Enseada da Baleia sofreu, no período entre 2001 e 2010, no seu território.

Destacamos a importância de se entender como está acontecendo a permanência de uma comunidade tradicional no interior de uma Unidade de Conservação, uma vez que muitas encontraram (e ainda encontram) dificuldades, ao longo da história de implantação dessas Unidades, para continuar habitando tais espaços. Como está previsto em lei, os Parques Estaduais impõem certas restrições aos moradores locais e permitem o desenvolvimento de atividades desde que de modo equilibrado, isto é, de maneira consciente, respeitando os limites da natureza

como, por exemplo, os períodos de reprodução dos animais ou a extração de recursos naturais de forma adequada.

O desenvolvimento dessa pesquisa teve o intuito de registrar os fatos ligados à preservação da identidade cultural, caracterizada pelos costumes e tradições marcadas pelo modo de vida cotidiano dos caiçaras da comunidade identificada, por exemplo, no que diz respeito à religião, alimentação, ritos, modo de vida, fatores econômicos, dentre outros.

As pesquisas realizadas possuem base qualitativa e não quantitativa, uma vez que foram desenvolvidas com base documental, etnográfica e estudo de caso, voltadas para a descrição dos comportamentos sociais na vida cotidiana dos moradores da comunidade, além de conhecimentos, crenças, ideias e práticas culturais, através de observações do local e registro de depoimentos dos moradores.

Como esclarecimentos iniciais, dois elementos serão especificados: o primeiro é a referente à nomeação da comunidade Enseada da Baleia; segundo o sr. Malaquias, morador mais antigo do local, refere-se à existência e aparição de muitas baleias na região, uma vez que a ilha é rota de migração do animal. O termo geográfico *Enseada* significa pequena baía e segundo Silva *et al*. (2002, p.97) é uma "reentrância na costa, aberta na direção do mar, porém com pequena penetração deste". O segundo é a utilização da expressão *comunidade*, termo muito utilizado ao longo do trabalho e que se refere à localidade, no sentido de integração de um grupo de pessoas em sociedade.

O TERRITÓRIO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO

Nesse item são apresentadas algumas características relativas ao recorte espacial selecionado para a pesquisa: a Ilha do Cardoso, a qual foi transformada em Parque Estadual pelo Decreto nº 40.319, de 03 de julho de 1962, nominando a área de Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou seja, áreas que admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais e são livres das alterações humanas.

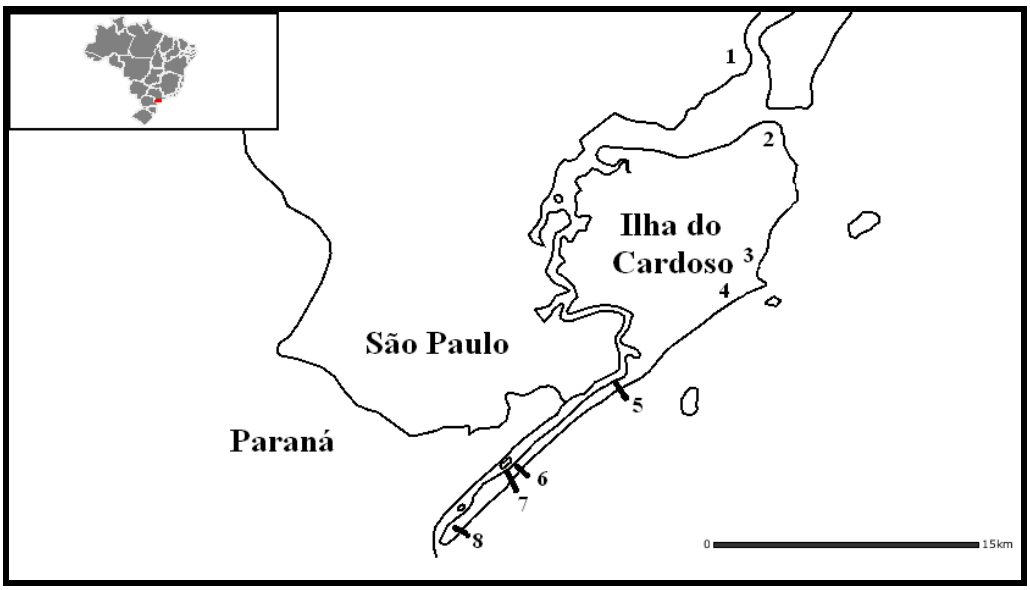
O PEIC está localizado no extremo sul do litoral do Estado de São Paulo, no município de Cananéia, a 261 km da capital do Estado (figura 1). As coordenadas geográficas de limitações são: ao norte pelo paralelo 25º03'05", de latitude sul; ao

sul, pelo paralelo 25º18’18”; a leste pelo meridiano 47º53’48”; e, a oeste pelo meridiano 48º05’42”.

Entre Cananéia e a Ilha do Cardoso, o acesso é realizado por embarcações. A duração da viagem varia de acordo com o destino e o tipo de embarcação utilizada. O percurso até a Enseada da Baleia tem aproximadamente 60 quilômetros.

O Parque abriga comunidades de moradores tradicionais que possuem laços identitários entre eles e com o território local e os quais se depararam, a partir do dia 03 de julho de 1962 – data da transformação da Ilha em Parque Estadual, com o poder do Estado.

Esses moradores estão distribuídos em sete comunidades: Itacuruçá, Marujá, Vila Rápida[1], Enseada da Baleia, Pontal do Leste, Foles e Cambriú, além de alguns sítios isolados. A localização das comunidades está disposta na figura 1.



Fonte: IBGE, 2010.
Adaptação: ARAKAKI, Kelly Rocha

Figura 1. Localização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Município de Cananéia, SP e das Comunidades Populacionais e Sede Administrativa do PEIC. (1) Sede administrativa do PEIC na área urbana do município de Cananéia. (2) Comunidade do Itacuruçá. (3) Comunidade do Cambriú. (4) Comunidade do Foles. (5) Comunidade do Marujá. (6) Comunidade da Vila Rápida. (7) Comunidade da Enseada da Baleia. (8) Comunidade do Pontal do Leste.

[1] Em alguns trabalhos pesquisados esta comunidade aparece erroneamente como integrante da Enseada da Baleia ou como Enseada da Baleia Norte.

O TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES CAIÇARAS

O território contempla tanto relações sociais, como relações de poder que são produzidas em um determinado espaço. A relação social é classificada como identidade-território e toma forma a partir de processos em movimento, que se constituem ao longo do tempo e tem como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Este sentimento é despertado em decorrência da relação que o homem produz com o território, resultado da vivência e dos relacionamentos que surgem durante a vida de um indivíduo e até das respectivas gerações passadas.

Segundo Castells (2000) a cultura é caracterizada como todo comportamento, saber e conhecimento das pessoas, que são transmitidos de uma geração para outra, sendo que os indivíduos são influenciados pelo meio cultural em que estão inseridos, portanto, há uma geografia do homem que é resultado da cultura herdada.

Deste modo, a vida dos caiçaras enquadra-se no processo de identidade, a partir das relações que possuem com o território em que vivem e as ligações deste com os demais indivíduos do grupo do qual fazem parte, ou seja, da comunidade local.

O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE ENSEADA DA BALEIA

As informações contidas neste trabalho são provenientes de entrevistas com os habitantes locais, com destaque aos moradores mais antigos, dona Herci e o sr. Malaquias Cardoso, para tentar descobrir as transformações ocorridas ao longo do tempo e identificar as principais características das atividades socioeconômicas, assim como do modo de vida, fatores que auxiliam no processo de compreensão da identidade territorial local.

A figura 2 mostra a vista panorâmica da comunidade, a qual foi registrada durante a chegada na ilha, pelo Canal da Barra do Ararapira. Nela pode-se visualizar parte das edificações locais, dentre elas, da esquerda para a direita: centro comunitário, capela católica, píer, bar e restaurante.

Fotos: ARAKAKI, Paloma Rocha e ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 2. Vista Panorâmica da Comunidade. Nas imagens acima podemos observar a vista panorâmica da comunidade Enseada da Baleia, registrada pelo Canal da Barra do Ararapira. Abaixo (da esquerda para direita) os detalhes: Centro Comunitário, Capela, Píer e Bar/Restaurante de propriedade do sr. Malaquias.

Ao todo, a comunidade moradora da Ilha é composta por cinco famílias, totalizando vinte pessoas. É formada por casas de moradores, casas para aluguel a turistas, uma escola, um centro comunitário, uma capela católica, bar e restaurante, além de barracões para a limpeza, salga e armazenagem da pesca.

As atividades econômicas predominantes praticadas pelos caiçaras moradores da Enseada da Baleia são a pesca e o turismo. Referente aos locais de pesca, os caiçaras demonstram domínio, quer seja do mar, canal ou rio. Os pontos de pesca são transmitidos de pai para filho, como uma tradição.

A atividade pesqueira tem uma grande variação: na época da tainha, que tem início em maio e vai até o final de julho, chegam a pescar mil quilos de peixes, ganhando cerca de R$500,00 por pessoa, por dia, e depois da safra chegam a pescar apenas dois a três quilos de peixes por dia. Veja o que diz Antônio Carlos, morador da comunidade, filho do sr. Malaquias:

> *"Depende da época, igual agora rende um pouquinho mais, por causa da tainha, que é um peixe que dá bastante. Você pega, por exemplo, 1.000 quilos de tainha e sai ganhando cerca de R$ 500,00 por pessoa/por dia. Mas depois tem época que pega 2, 3 quilos por dia e tem hora que não pesca nada."* (2010)

De acordo com o sr. Malaquias, havia muito peixe no local, *"se pescava bastante peixe, cerca de 200, 300, 400, 500 quilos em uma noite. Meu pai veio para isso [...] nós antigamente tínhamos uma fábrica de peixe seco aqui, perto ali do barracão."*

Os habitantes encontraram na secagem e salga dos peixes uma alternativa para a conservação, em vista da distância com o mercado consumidor. A fábrica de peixe seco, que no início visava a manjuba (irico[2]) e a sardinha, era em sociedade com mais três "japoneses" de Registro: Wasan, Takeda e Nishisawa, isso por volta de 50 anos atrás. Posteriormente foi construída uma estufa motorizada.

A construção, de alvenaria, possuía várias repartições. Segundo o sr. Malaquias em uma dessas repartições estava instalada uma estufa e no extremo um catavento, ligado a um motor de polia. Na estufa ficavam os tabuleiros dos peixes. O calor era produzido pela queima de lenha e, com a ventilação do catavento, resultava a secagem do peixe. O tempo de duração do processo era de aproximadamente 7 horas "[...] *bem cedo já tinha uma fornada colocada e meio dia o peixe já tava seco* [...]".

O pai do sr. Malaquias comprava a produção de peixes frescos dos pescadores da região para salgar e secar na estufa da fábrica. O peixe era vendido para alguns

[2] A grafia também é apresentada como iriko.

municípios do Paraná e, no Estado de São Paulo, para Cananéia, Iguape e Registro. Do último destino o produto seguia em exportação para o Japão, negociados pelos sócios.

> *"Era bem movimentado, tinha muita produção, hoje em dia a produção totalmente caiu a zero e sabe por quê? Por causa dos barcos aí fora, pesqueiro. Aí* (apontando para o canal) *era rico de produção de peixe."*

Hoje a realidade é diferente e os moradores apontam os barcos pesqueiros como culpados pela atual escassez, uma vez que não respeitam o território desses, afinal não é possível colocar cercas no mar. O sr. Malaquias conta que,

> *"[...] os peixes miúdos entravam barra adentro depois saiam, faziam criação, mas a rede deles* (referindo-se aos grandes barcos pesqueiros) *é rede de saco e vai acumulando os peixes, matando o adulto, vai matando o filho [...] isso faz uns cinquenta e pouco anos, que veio o primeiro barco que saiu aqui na costa e aí de lá pra cá foi só começando a parede, a parede, as empresas de barco, de dia, de noite, só prejudicando. A Costa aqui mesmo* (aponta) *aqui você olhava e amanhecia forrada de peixe, mas eles pescavam e jogavam tudo fora. Eles pegavam, por exemplo, vamos supor lá uma cercada de 10, 12, 13, 15 toneladas de peixe, e aproveitavam 3, 4. O resto eles jogavam tudo fora, tudo morto, você vê, desde aquela época só aumentou empresa de barco, dia e noite trabalhando. Foi o camarão, foi o peixe e chegou um dia que praticamente acabou. Hoje em dia você vai aí e não pega nada, nada, nada, muito pouco. A natureza é muito grande, o oceano é muito grande, mas se você tira e não põe com o tempo vai acabar. Meu filho, filha, nem meus netos hoje já não conhecem os peixes que nós conhecemos, eles já não conhecem porque não tem mais, é completamente zero. O único peixe que ainda a gente tem aqui no nosso canal é o parati e essas tainhas quando é época. O robalo muito pouco, consegue algum aí fora, de arrasto que a turma arrasta, né. O cação é lá por acaso, mas este ano já não deu cação."*

Com a pesca desordenada realizada por grandes embarcações, não há seleção do produto pescado, além do grande índice de desperdício, motivos que, segundo o caiçara, foram os culpados pela drástica redução e até desaparecimento de cardumes.

Conforme o Diagnóstico Ambiental Participativo do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo, de 1998, na região são praticados dois tipos de pesca comercial, com tecnologias e impactos distintos: enquanto a pesca artesanal tem como objetivo a subsistência, consumindo uma quantidade e o restante sendo comercializado, a pesca industrial tem como objetivo o lucro, pescando das mais variadas formas, sem compromisso com o meio ambiente.

De um lado encontram-se os empresários da pesca, através do sistema de parelha (dois barcos arrastando uma enorme rede). Não se tem estimativa do número de barcos e as origens são principalmente de Santos (em São Paulo), Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Do outro, os pescadores tradicionais que moram no local e

utilizam barcos de pequeno porte, canoas motorizadas, canoas a remo e alguns barcos de alumínio com motor de popa, não apresentando, desta forma, mínimas condições de competição na realização da atividade.

Na comunidade os moradores possuem somente barcos de pequeno porte, conforme pode ser visto na figura 3. Há alguns barcos de alumínio com motor de popa – as chamadas voadeiras, toque-toque, bote, baleeira e canoas a remo.

Foto: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 3. Embarcações dos Moradores. No primeiro plano podemos observar parte das embarcações dos moradores locais. No segundo plano está o Canal do Ararapira e em terceiro plano observamos a Ilha do Superagui, PR, uma região de Mata Atlântica. Ressaltamos que no encontro das águas do Canal com as terras do Superagui, há formações de um dos mais ricos ecossistemas: o mangue.

Ainda de acordo com o Diagnóstico Ambiental Participativo do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo (1998), a convivência desses dois modos de pesca não é passiva. Os pescadores tradicionais argumentam que a pesca industrial é danosa porque além de não respeitar o período de defesa – que resguarda a reprodução da espécie – esses pescadores removem grande massa de organismos marinhos, em que apenas 25 a 33% são aproveitados, resultando no empobrecimento da vida marinha e na carência das espécies de importância econômica. Eles capturam todos os tipos de peixes sem medida

nem padrão, dizimando com os peixes pequenos, que futuramente seriam pescados pelos moradores locais.

O sr. Malaquias relata que o produto beneficiador da comunidade é a pesca da manjuba, *"[...] dá para, vamos supor, modo de dizer, pra comprar o café e o açúcar [...] de outro peixe você não consegue mais viver."* Indignado, relatou que no píer da comunidade, muitos dos grandes barcos paravam para mostrar os camarões pescados, totalizando de três a quatro toneladas, todos filhotes, capturados para serem transformados em farinha.

A pesca da manjuba, conhecida como irico (figura 4), além de ser uma opção de fonte de renda para os moradores, é uma atividade que demonstra o domínio sobre o território do canal para o encontro dos cardumes, além de ser uma tradição passada de pai para filho. É praticada por toda a região do estuário,

Fotos: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 4. Irico. O irico representa uma importante complementação de renda para os moradores locais, A fotos mostram as fases do resultado da pesca do irico, desde a secagem até a comercialização. O pescado (a e b) é classificado pelos n°s 0,1, 2 e 3, conforme o tamanho do peixe, em centímetros. Na comercialização (c) a variação de tamanho está relacionada à diferenciação do preço: quanto menor a remuneração é melhor. Um morador informou que o processo de salga é natural, onde não é adicionado sal durante a secagem. Apenas o sal encontrado nas águas do canal é suficiente para a conservação do produto.

A pesca do irico era irregular até 2005, quando uma pesquisadora realizou levantamentos sobre a espécie e, com base nos resultados, criou-se a aprovação da atividade através da Instrução Normativa MMA nº 15, de 16 de junho de 2005, a qual estabelece normas, critérios e padrões para a pesca de juvenis das espécies conhecidas popularmente como “manjuba ou irico”. Segundo a Instrução Normativa, a pesca é permitida no canal de Ararapira, no entorno do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, somente na área compreendida entre 1.000 metros da barra do Ararapira e até 1.500 metros ao norte da desembocadura do canal do Varadouro.

Na década de 1960 a pescaria dos moradores da Enseada da Baleia gerava em torno no irico, citado por Mourão (2003, p.144) como peixe de porte pequeno, “vendido por alto preço e capturado pelo grupo familiar da Enseada”. Ainda hoje a manjuba é o peixe que apresenta maior valor de mercado dentre as demais espécies pescadas na região.

A manjuba ou irico é pescada nas margens do canal do Ararapira, com redes de filó de malha fina com abertura de dois milímetros, as quais tornam a pesca seletiva, evitando a mortalidade de juvenis ou outras espécies que habitam as áreas estuarinas. A embarcação permitida é a canoa a remo. Ao final os pescadores devem preencher uma ficha de acompanhamento da pesca. O peixe é comercializado seco, apresentando proporção de relação entre o fresco e o seco de 6/1 quilos. (Cardoso e Nordi, 2006).

Os pescadores devem realizar cadastros para obter a licença de pesca. Esta é a primeira licença especial de pesca do Estado de São Paulo, a qual permite que apenas moradores de Cananéia pratiquem a referida pesca. A fiscalização é de responsabilidade do IBAMA e do Instituto Florestal.

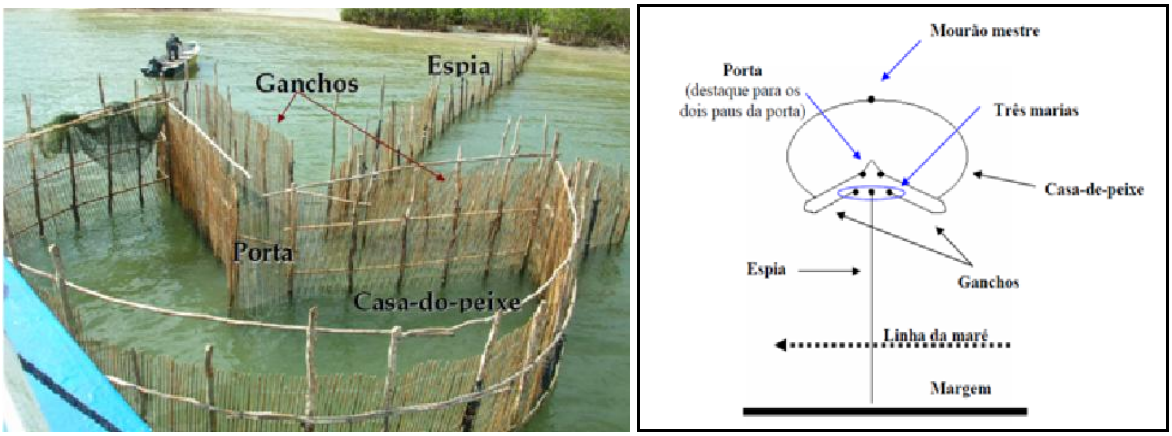
O mercado consumidor final é restrito, constituído basicamente por mercados especializados e restaurantes japoneses.

Outro método utilizado pelos pescadores tradicionais da Enseada da Baleia são os cercos, que além de ser um artesanato confeccionado na própria comunidade, é um modo de pesca de baixo impacto. Os cercos são construídos em sociedade, uma vez que para a despesca são necessários, no mínimo, dois pescadores. No local, ao todo são três cercos: do morador Toninho com o Jonas, do Antonio Mário com o Nelson e do sr. Malaquias com Antônio Carlos.

Os cercos são armadilhas confeccionadas pelos próprios caiçaras com varas de taquara, e fincadas no chão perpendicularmente à margem do rio em direção ao mangue. A taquara, que é extraída de algumas regiões de Cananéia ou comprada na

área urbana, sendo que o transporte para a entrega é o que mais encarece o material, devido à distância da comunidade.

O sr. Malaquias explica que a casa do peixe (figura 5), um círculo que fica na ponta do cerco e armazena os peixes, é feita com uma madeira maior, de tabucu ou guanapi. Para a "*despesca*", são necessários dois ou três pescadores que utilizam uma rede com duas varas nas extremidades. Nessa rede há chumbo e alguns anéis por onde passa uma corda chamada fiel, que é amarrada na ponta do talão. Os pescadores devem passar essa rede em volta do cerco, estando uma pessoa de cada lado, percorrendo todo o fundo até chegar ao final, onde os dois talões são unidos e o fiel puxado, encolhendo a rede, moldando uma espécie de saco. É uma maneira seletiva de pesca, capturando apenas peixes adultos e com bom tamanho, diferente do que acontece no arrasto.



Fonte: Oliveira, 2007.

Figura 5. Itens de um Cerco. A foto e o esquema ilustram os principais componentes de um cerco. Segundo estudos de Oliveira (2007) um cerco é composto por 3 itens principais: a espia, os ganchos e a casa do peixe. A espia funciona como barragem para a captura do peixe, os ganchos possuem o papel de "aprisionar" os peixes que foram barrados e a casa do peixe serve como armazenador natural.

O pesquisador Fernando Mourão (2003) realizou trabalhos de campo sobre os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo, entre os anos de 1963 e 1970, com destaque para a região lagunar de Iguape-Cananéia. Na publicação encontramos citações referentes à comunidade Enseada da Baleia e pudemos identificar algumas características observadas no período sobre a comunidade.

Os cercos são utilizados há muitas gerações. Mourão (2003) relata a tentativa de organização da atividade

> [...] apesar da Agência da Capitania dos Portos ter proibido a sua construção, em 23/5/1923, para não causar transtornos à navegação, são

> anualmente reconstruídos, garantindo complementação de pequena renda aos pescadores (MOURÃO, 2003, p.59)

Os cercos servem como local de conservação natural, pois não permitem que os peixes estraguem, já que ficam retidos, dentro d'água e só são retirados se houver demanda suficiente para adquiri-los. Ficam montados de quatro a cinco meses dentro da água para depois serem substituídos. O total de peixe pescado é dividido de forma igualitária entre os sócios do cerco. Na Enseada da Baleia existem dois cercos, de dois donos cada.

De acordo com o sr. Malaquias, a pesca de rede, muito usada no passado, hoje em dia perde espaço para os cercos. Há registros realizados por Mourão (2003, p.122) que comprovam a informação "A rede de espera aparece, de preferência, nos setores próximos à barra, na área lagunar de Cananéia (Prainha e Morretinho), e na ilha do Cardoso (enseada da Baleia, pontal do Leste e de Itacurussá à barra)".

O líder da Enseada aprendeu a montar cerco com o irmão Antonio Florentino

> "*[...] não é em qualquer lugar que dá pra montar cerco [...] tem que ter lama mole pra fincar a taquara [...] e no período de maré parada pra vazante [...] pra despesca é na parada da maré, onde passa da vazante pra enchente [...]"* (2001)

Havia diversas espécies de camarões e peixes, como a pescada e a corvina, e os caiçaras já sabiam o lugar preciso para lançar suas redes e cercar os cardumes. Para realizar a atividade eram utilizados barcos a remo, sendo que o motor chegou à comunidade há cerca de trinta anos.

Na década de 1960 o pescado mais procurado para a venda era *in natura*, embora alguns pescadores recorressem à salga e secagem como meio de conservação. Mourão (2003) destaca que as comunidades distantes e de difícil acesso aos centros de comercialização continuavam recorrendo a essa técnica de industrialização como recurso subsidiário, mas considerava a secagem em condições normais um péssimo negócio ao somar-se o trabalho de escalar o pescado, o custo do sal e descontando-se o peso perdido durante a limpeza e a secagem do pescado. Veja as informações de Mourão (2003, p.95)

> Em 1968, quando na safra da tainha em Cananéia, no início de julho, estavam pagando $1,20 por quilo, fresca, ao passo que o preço para a tainha seca estava em $1,80, em setembro – alguns pescadores só vendiam parte da tainha fresca dois meses depois da sua captura aguardando melhores preços – verificamos que 1000 gramas de tainha fresca, já sem cabeça e sem as vísceras, davam cerca de 600 gramas de tainha seca.

O autor ressalta que para a comunidade Enseada da Baleia a secagem oferecia um ótimo resultado em relação ao irico (e até hoje oferece)

> O bom preço atingido pela espécie compensa a perda de peso na secagem. O acúmulo de capital investido em apetrechos de pesca na enseada da Baleia e em Vila Fátima, proporcionalmente maior que nas comunidades vizinhas, deve-se ao resultado econômico da venda do irico. Esse material destina-se à captura de outras espécies que não o irico, pois este é capturado com redes de filó, em virtude do seu pequeno tamanho. (MOURÃO, 2003, p.96)

O mercado consumidor era local *"[...] o nosso produto era vendido pra Cananéia e Iguape. Meu irmão ia a remo, demora mais ou menos uns três dias para ir e voltar [...]"*, conta o sr. Malaquias, ressaltando que na época algumas mulheres também pescavam.

O sr. Malaquias acredita que, hoje, seu produto não tem muita aceitação no mercado devido a embalagem. Enquanto os produtos bem embalados, mesmo possuindo escamas e "*galhas*"[3] são bem vendidos, o produzido na comunidade apesar de dar muito mais trabalho aos moradores, pois são descamados e desgalhados, acaba sendo menos aceito,

> *"[...] embora o produto ali dentro não seja muito bom, mais a embalagem é tão bonita [...] à vezes você vai abri o peixe na sua casa, compra aqueles peixes embalados e congelados e chega lá em casa totalmente ruim [...] então eu acho que hoje em dia o que tá influindo mais é a embalagem."*

As atividades ligadas à agricultura são reduzidas, pois a acidez do solo dos terrenos da restinga não apresentam condições favoráveis para o plantio, além de que, depois da Ilha tornar-se Parque, essa atividade foi proibida. Mesmo a terra sendo considerada ruim para o plantio, o sr. Malaquias informou que é possível cultivar alguns tipos de alimentos, *"[...] não temos uma ordem, uma licença para poder plantar [...]".* Antes os moradores cultivavam roça de batata, batata doce, cenoura e horta de verduras, *"[...] a batata dá bem aqui, [...] quando eu era novo eu plantava muita roça, verdura. Hoje minhas pernas também não me ajuda [...] aipim dá muito também [...]",* diz ele lembrando que algumas vezes faziam farinha com a mandioca produzida.

Também comentou que já plantou muita melancia e que esta se desenvolve bem no local, mas seus filhos não se interessam em cultivar esses alimentos, preferindo comprá-los na cidade. Eventualmente, os moradores utilizam canoas em desuso como viveiros para hortas.

Na década de 1960, alguns moradores exploravam pequenas roças no continente, principalmente na região de Paranaguá e do canal do Ararapira. As roças

[3] Mais conhecida como guelras.

eram cultivadas em regime de mutirão nos meses de setembro e outubro e os principais produtos eram feijão, milho e arroz.

Em relação às árvores frutíferas, notou-se a presença de pés de goiaba, araçá, jambolão e pitanga.

A caça de animais, uma atividade proibida por lei, não faz parte dos costumes dos moradores da comunidade Enseada da Baleia, *"[...] muitos anos atrás, lá por acaso a gente matava um tatuzinho pra comer, mas lá por acaso [...]"*, diz o sr. Malaquias.

Quanto ao turismo, a atividade é vista pelos moradores como algo positivo. A população local aluga cômodos de suas próprias casas e preparam refeições para os turistas. Assim conseguem ampliar a renda familiar.

Há alguns anos construía-se casas em nome dos filhos, já que cada um só podia ter uma moradia, para alugar aos turistas na alta temporada, prática que hoje é proibida.

Antes da atividade turística ser praticada pelos moradores, eles não tinham nenhum outro tipo de renda, ganhavam mais na época da pesca da tainha (período de maio e junho). O sr. Malaquias defende o turismo na Enseada, *"[...] gosto muito do turismo porque é um beneficiamento pra minha família principalmente e eu também, a gente tem comércio e sempre é uma ajudazinha."*

De acordo com o sr. Malaquias, o turismo trouxe benefícios para a comunidade,

> *"[...] pra nós é bom, porque são os turistas que tão pelo menos dando um salariozinho por mês pros meus filhos. Se não fossem eles também a dificuldade seria maior [...] já que da pescaria aqui dentro atualmente, não tem como sobreviver. E vai correr pra onde? A cidade tá pior [...] Cananéia não temo nada, uma indústria, uma empresa, nada [...]"*

Há um consenso entre os moradores ao dizer que até o momento nenhum turista os desrespeitou *"[...] quando tem alguém que quer abusar a gente pega e fala que não deve e que não é assim, e eles entendem",* disse Jussemara.

Há receio no contato dos moradores mais novos com os turistas, pois estes poderiam influenciar a visão de mundo e os valores, visto que cada grupo defende o que acha certo e escolhem um modo de seguí-los. Assim, há contradição de opiniões, pois os caiçaras encontram no turismo uma fonte de renda alternativa, mas o desempenho da atividade acarreta problemas complementares, como o citado.

Os turistas que visitam a comunidade são comunicados sobre a responsabilidade de recolher o lixo produzido e, ou levar de volta no próprio barco ou depositar em uma lixeira.

Constatamos que os turistas, em sua grande maioria, visitam o local no período entre 26 de dezembro e 06 de janeiro. São turistas que gostam de vivenciar o modo de vida local, usufruindo da tranquilidade e do contato com a natureza.

Alguns possuem casas próximas a região como, por exemplo, um turista entrevistado que possui uma chácara e estava pescando com os filhos, passando na comunidade para comprar isca e na volta para se alimentar. Outros passam o dia, aproveitando a praia, a comida caseira, fazem um passeio de barco e depois retornam para suas casas. Há ainda o preparo de refeições para os turistas que se hospedam nas áreas de camping ou nas próprias residências.

Esse tipo de turismo é considerado pelo Ministério do Turismo (2006) como turismo cultural, o qual

> Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p.10)

Este segmento se divide em turismo cívico, turismo religioso, turismo místico ou esotérico e turismo étnico. A comunidade enquadra-se este último, que compreende a vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos por parte dos visitantes turistas.

Em 2001, o sr. Malaquias não aceitava acampamento de turistas e preferia quando eram visitados por famílias, pois segundo o entrevistado, a maioria dos jovens que visita a comunidade, *"[...] tomam uma cerveja, mas logo vão embora [...] se é para ficar a noite é perigoso esse negócio de barraca [...]"*, dizendo ter medo da ocorrência de possíveis brigas e também na tentativa de defender sua família, principalmente as netas mais jovens, das drogas e do envolvimento com os turistas. Prosseguiu contando que, às vezes, alguns jovens acompanham suas famílias nas visitas à comunidade, mas nem todos são *"santos [...] lá pelo escuro eles vão sempre puxar o fuminho deles, mas isso não prejudica a gente [...] eles ficam na deles e nunca prejudicaram nós em nada. Toda essa parte nós estamos tranquilos [...]"*

Na ocasião, dona Herci deu o exemplo dos barraqueiros que chegam na Enseada para acampar, *"[...] o barraqueiro vem aí e quer por barraca, porque aqui não pode acampar, aí a gente fala que não aceita barraca, então eles vão embora."*

Em contraposição, Antônio Carlos, filho do sr. Malaquias, já em 2001, era a favor dos turistas acamparem no local. Ele acreditava que se o acampamento fosse possível atrairia um número maior de visitantes e, consequentemente, os valores referentes aos lucros aumentariam.

Depois de estudos de impactos, realizados pela administração do Parque, o uso de barracas na Enseada da Baleia foi permitido. Os turistas só podem acampar no quintal dos moradores, onde há banheiros com chuveiro na área externa da casa. A administração do Parque impõe uma quantidade máxima de barracas para cada casa. Na comunidade, são três áreas para camping, sendo que em uma o limite máximo é de cinco barracas (Morador Toninho) e em duas, o limite é de dez barracas (moradoras Maria de Lurdes e Terezinha). O número de pessoas por barraca varia de duas a cinco.

É proibido montar barracas na praia e a direção do parque fiscaliza se os moradores cumprem as normas estabelecidas através dos serviços dos guarda-parques e informações dos próprios moradores, que fiscalizam uns aos outros.

As atividades pesqueira e turística são a principal fonte de renda dos caiçaras moradores da comunidade. A renda familiar mensal, de acordo com os moradores, varia de dois a três salários mínimos, que sofrem modificações de acordo com a época do ano, dependendo da abundância da pesca e do turismo (alta e baixa temporada). Ainda trabalham na comunidade três funcionários públicos: dois auxiliares de serviços gerais e um agente comunitário de saúde.

Com a pesca, os moradores conseguem aumentar sua renda em duas épocas do ano, essas referentes à safra de peixes: pesca da tainha, de maio a junho e a pesca do robalo, de novembro para dezembro, *"[...] depois que começou a vir turista que ajudou a gente [...]"*, afirma uma moradora.

Segundo pesquisas realizadas por Mourão (2003), com os moradores da área lagunar da Ilha do Cardoso referente a dependência porvindoura, em termos econômicos, previa que a pesca e o turismo ou as duas atividades entrosadas seriam praticadas pela comunidade no futuro.

A renda mensal familiar fica em torno de três salários mínimos por mês, que sofre modificações de acordo com a época do ano, dependendo da fartura da pesca e do turismo (alta e baixa temporada).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma maneira encontrada para preservar e/ou conservar espaços que estavam apresentando uma crescente e significativa degradação foi a instalação de Unidades de Conservação. Uma das categorias dessas Unidades são os Parques Estaduais, os quais apresentam a característica de preservação integral, que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, através da Lei Federal n° 9.985, de 18

de Julho de 2000, artigo 2º, VI, são caracterizadas pela “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”.

Após a implantação do PEIC, a população da comunidade Enseada da Baleia não sofreu, pelo menos do modo direto, com os processos referentes à expulsão física do local. Os moradores foram atingidos indiretamente, em restrições como, por exemplo, empecilhos para algumas construções ou reformas necessárias, execução de atividades como cultivo de alimentos, caça, extração de recursos naturais, entre outros.

Durante o processo de instalação de áreas protegidas busca-se a preservação da biodiversidade local e, na maioria das vezes, as populações que habitam esses espaços são esquecidas.

O perfil dos moradores da comunidade em questão é representado pelos fortes laços de parentesco entre os habitantes locais. Em relação aos estudos, apresentam baixo nível de escolaridade. As primeira e segunda gerações do sr. Valeriano possuem o nível básico de estudo. Um dos motivos é a inserção no trabalho, ainda jovens. Na comunidade, há participação dos filhos de pescadores, desde cedo, iniciando como aprendizes, auxiliando nas tarefas da atividade. Já a 3ª geração busca avanço nos estudos, principalmente na área urbana de Cananéia. Um dos fatores é o maior acesso e facilidades dos meios de transporte, moradia de familiares (tios) e a expansão do acesso aos meios de comunicação.

Demonstram forte relação com o espaço que habitam, evidenciada pelo contato com a natureza, a qual revela aos caiçaras aspectos referentes como, por exemplo, a previsão do tempo ou a localização de alimento. Pode ser um vôo de uma ave, um agrupamento de peixes, insetos ou nuvens, um canto ou um uivo, que os auxiliam e avisam quanto a chegada de chuvas, de tempestades ou tormentas.

As atividades econômicas praticadas são baseadas na pesca e no turismo. A pesca é considerada artesanal, com produção em pequena escala, realizada em embarcações de pequeno porte e, conforme discutido no trabalho, não apresentam impactos ao meio, sendo os produtos direcionados para a subsistência e geração de renda local. É caracterizada pelo trabalho de moradores que apresentam laços de parentesco. São irmãos e cunhados, sendo comum a presença de crianças desempenhando a função de aprendizes e ajudantes, transmitindo deste modo, a tradição da pesca.

Na atividade turística os caiçaras encontraram um benefício econômico através da hospedagem com o aluguel de cômodos de suas casas – conhecidas também como

pousadas-residência e áreas de camping, preparo de refeições e fornecimento de bebidas, oferta de serviços como o de caseiro e limpeza para as casas de veraneio ou a realização de passeios de barco, monitoria ambiental e até o ensino da pesca, conseguindo assim complementar a renda, para sobreviverem e levarem adiante uma vida simples.

A identidade que, segundo Saquet (2007), é um componente fundamental para a constituição do território, pode ser observada, na comunidade Enseada da Baleia, através do relato e descrição realizada com base em depoimentos dos próprios moradores, os quais, com o passar do tempo, produziram e renovaram as territorialidades a partir das necessidades e aprendizagens, criando desta maneira um elo com o espaço vivido, escolhido pelos ascendentes para a melhoria da qualidade de vida, onde foi criado o sentimento de pertencer àquele espaço.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. ***Turismo cultural: orientações básicas***. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2010.

CARDOSO, Thaís Almeida. e NORDI, Nivaldo. Small-scale manjuba fishery around Cardoso Island State Park, SP, Brazil. ***Braz. J. Biol.*** [online]. 2006, vol. 66, nº 4, p.963-973. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/bjb/v66n4/02.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2010.

CASTELLS, Manuel. ***O Poder da Identidade***. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. ***El mito moderno de la naturaleza intocada***. São Paulo: UPS, 2005a. Disponível em <www.usp.br/nupaub>. Acesso em 25 jun. 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). ***Enciclopédia caiçara – história e memória caiçara***. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2005b, v. IV.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em jan./abr. 2010.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. ***Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial***. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2003.

OLIVEIRA, Flávia Camargo de. ***Etnobotânica da exploração de espécies vegetais para confecção do cerco-fixo na região do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, SP***. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SÃO PAULO. Decreto nº 40.319/62, de 3 de julho de 1962 de São Paulo. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em Cananéia. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/224425/decreto-40319-62-sao-paulo-sp>. Acesso em 20 ago. 2010.

SÃO PAULO. Instrução Normativa MMA nº 15, de 16 de junho de 2005. Estabelece normas, critérios e padrões para a pesca de juvenis das espécies Anchoa marinii, Anchoa tricolor e Anchoa lyolepsis, conhecidas popularmente como “manjuba ou iriko”, e as nomenclaturas regionais. Disponível em <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/inst_normativa/2005_Instr_Norm_MMA_15.pdf>. Acesso em 20 ago. 2010.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. ***Diagnóstico ambiental participativo do Vale do Ribeira e litoral sul de São Paulo****: subsídios para o desenvolvimento sustentável*. 1998.

SÃO PAULO. 2001. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Fase 2 (impresso).

SAQUET, Marcos Aurélio. ***Abordagens e concepções sobre território***. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Pedro Paulo de Lima et al. ***Dicionário brasileiro de ciências ambientais***. 2ª ed., Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.